



COMENTÁRIOS SOBRE "VENEZUELA GEOPOLÍTICA"

José Moretzsohn

Coronel de Infantaria da Turma de 14 Dez 50, promovido ao posto atual por merecimento, em 31 Ago 75.

Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola Superior do Exército (realizado na Venezuela).

Foi instrutor e comandante de curso na Academia Militar das Agulhas Negras, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército e Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República.

Atualmente é o comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, em Brasília.

1 Coronel Aquiles E. López Sanchez é um digno oficial do Exército Venezuelano. Conhecemo-nos em Caracas, em fins de 1975, quando compareceu à Escola Superior do Exército para proferir palestra aos alunos do Curso de Comando e Estado-Maior nº 15. Estávamos freqüentando o Curso nº 16 daquela mesma Escola, dentro do programa de intercâmbio que então se iniciava entre os Exércitos do Brasil e da Venezuela.

Não tivemos oportunidade de ouvir a palestra do Coronel López Sanchez, mas pudemos trocar com ele rápidas palavras, durante um intervalo de aulas. Amigos comuns proporcionaram o encontro que, embora breve, nos bastou para concluir que estávamos diante de um homem culto, sagaz e profundamente obstinado na defesa de suas idéias.

Na curta conversa que mantivemos, salientamos-lhe nossa curiosidade em ler um livro que ele acabara de publicar e que, apesar da porfiada busca, não conseguimos encontrar nas livrarias caraquenhãs.

Explicou-nos, então, que a obra não fora colocada à venda; dela haviam sido preparados alguns poucos exemplares, em mimeógrafo, com a finalidade de colher opiniões e sugestões. Disse-nos também que se sentiria honrado em submetê-la à apreciação de um oficial brasileiro.

Não era nosso desejo ler a obra com o objetivo de criticá-la; por isso, fizemos ver ao Coronel López Sanchez que sabíamos apenas tratar-se de um estudo sobre geopolítica da Venezuela e que, provavelmente, não teríamos condições de colaborar com qualquer espécie de sugestão para melhorá-la.

Tempos depois, no entanto, recebemos um exemplar do livro, com um recado transmitido pelo portador, de que o autor desejava nossa opinião sobre o mesmo.

A obra se intitula "*Venezuela Geopolítica*". É um grosso tomo, de quase 400 páginas.

Seus capítulos versam, sucessivamente, sobre introdução à Geopolítica, considerações geopolíticas gerais, evolução histórica e geopolítica da Venezuela, limites e fronteiras, o golfo de Venezuela e o arquipélago de los Monjes ou Los Frailes. Por fim, há um glossário de termos mais usados em Geopolítica.

Na introdução, em quatro páginas, o autor explica as razões que o levaram a escrever a obra. Essas páginas estão eivadas daquele indistigável e amargo ressentimento que marca de forma tão indelével a alma venezuelana:

"A fatalidade quis converter um dos países mais generosos do mundo no Prometeu acorrentado da América, a quem pouco a pouco foram desgarrando o território, por culpa de alguns de seus filhos que, por temor, falta de idoneidade ou excesso de boa-fé, ou por outras circunstâncias, entregaram um patrimônio que já pertencia a outras gerações."

Dessas páginas destila profundo sentimento de revolta diante de um processo de regressão territorial a que a Venezuela teria sido submetida, em proveito de todos os seus vizinhos:

"Ontem foi o Cabo de la Vela, Perijá, Rio de Oro, Meta, o Orinoco e o Rio Negro; amanhã será o Sarare e o Arauca; depois de amanhã, o Golfo (isto foi escrito em janeiro de 1969 e já estamos vendo cumprida essa funesta aspiração, pelo que caberia perguntar: vamos esperar passivamente o resto?); logo, o Lago e a Guiana, e depois? Depois, só nos restará chorar o que não soubemos sustentar, reclamar, recuperar e defender como donos."

Nelas sobressai aquele travo, que se tornou anímico no venezuelano, e que ele exterioriza inconscientemente, herança dos primeiros anos da República, quando se esfumou o sonho bolivariano da Grã-Colômbia:

"Seria interessante que os políticos da América Hispânica meditassem sobre o conteúdo da Carta de Jamaica, da Mensagem ao Congresso de Angostura, da Constituição Bolivariana e dos fundamentos do Congresso do Panamá, pois só assim poderiam lograr a integração e a tão desejada paz..."

Tecemos estas considerações iniciais e inserimos estas pequenas transcrições para caracterizar os termos altamente emocionais em que a obra é vazada.

Há mesmo um tom de indisfarçada ameaça, quando o autor escreve:

"Dentro de 50 anos, o patrimônio territorial entregue e usurpado *será área vital necessária para nosso povo* que, fatal e lamentavelmente, por culpa nossa, terá de chegar a extremos insuspeitados para recuperá-lo. Os militares sabemos que, quando se usurpam territórios alheios, no novo limite se semeia o germe da guerra e se cria uma fronteira perigosa, uma fronteira em fermentação, que só produz fricções e estalidos" (grifo do Coronel López Sanchez).

Lemos com detida atenção o livro e vimos nele várias referências ao Brasil, infelizmente quase todas carentes de fundamento histórico.

Somos, porém, avessos às polêmicas e, por isso, preferimos não entregar ao autor os comentários que redigíramos à época da leitura do livro. Mais tarde, todavia, sentimos que não estávamos sendo honestos com nossos próprios princípios, calando-nos diante do que lêramos. Assaltou-nos cruciante indagação sobre se seria o silêncio a melhor contribuição que poderíamos dar, num momento em que os povos latino-americanos tanto anseiam por integração.

Os quase dois anos vividos em Caracas ensinaram-nos a admirar e a amar a gente venezuelana. Mais do que isso, deram-nos uma visão bastante exata de como é importante que nos unamos, que nos acostumemos a somar, a encarar como desentendimento entre jovens os problemas de nossos antepassados e que não aproveita a quem quer revolvê-los ou trazê-los à tona. É, pois, com o espírito inteiramente desarmado que passamos a comentar o livro do Coronel López Sanchez.

Creemos que o que se lerá a seguir não é uma réplica, nem uma contestação. É a procura da verdade; é uma tentativa de eliminar ressentimentos que não encontram respaldo na história, nem se coaduna com a mentalidade de nossos povos.

Retomemos a Introdução.

Após sua leitura, não nos furtamos ao desejo de reproduzir o que dissemos em trabalho anteriormente publicado¹, relativamente ao esfacelamento da Grã-Colômbia.

Não somos dos que crêem que fatalismos geográficos expliquem todos os problemas de formação dos países. Vemos, na Geopolítica, condicionantes e não leis; tendências, e não princípios. Mas, reconhecemos, determinismos de natureza histórica ou geográfica explicam muita coisa na vida dos Estados.

Porque assim entendemos, julgamos que a Grã-Colômbia, tal como a concebera Bolívar, jamais teria condições de subsistir, porquanto os fatores de desagre-

1 — MORETZSOHN, José — "Aspectos Continentais e Domésticos dos Transportes Brasileiros".

gação que nela se faziam sentir suplantavam todas as ânsias de integração de que o Libertador fora paladino. Não coube culpa a Paez ou a Santander se Nova Granada e Venezuela se separaram. As causas da desagregação vamos encontrá-las principalmente na geografia.

A forma do território da Grã-Colômbia não predispunha à integração. E a forma de um Estado guarda uma relação muito estreita com seu grau de coesão, isto é, com a união entre suas partes componentes.

Se considerarmos, por exemplo, a classificação das formas dos Estados segundo Renner (formas compactas, alongadas, recortadas e fragmentadas), verificamos que "as compactas são, evidentemente, as mais favoráveis à coesão".²

A França constitui uma cabal prova de coesão resultante da forma do território. A ausência de "regionalismos dispersores" permitiu a seu povo manter praticamente incólume uma área cujos limites, grosso modo, se originaram na Aquitânia e no Lugdunensis, províncias do Império Romano, no início da Era Cristã. As pequenas "agregações territoriais (Bretanha, Borgúndia, Saboia) têm facilitado a unidade nacional, talvez, por terem cooperado no arredondamento da forma".³

"Nas formas alongadas acentuam-se as qualidades opostas às vantagens acima apontadas para as formas compactas. Quando o alongamento é no sentido Este-Oeste (caso dos Estados Unidos), não ocorrem nítidas diferenciações culturais e políticas em um e outro extremos do retângulo. Daí, mais facilidade de ser mantida a força coesiva e a unidade nacional."⁴

Acreditamos que a forma exerce tal influência na unidade dos Estados, que não tememos afirmar ter sido a compacidade o fator preponderante na conquista da coesão espanhola, apesar das inúmeras tendências separatistas herdadas dos invasores iberos norte-africanos, celtas, fenícios, gregos, cartagineses, romanos, vândalos, álamos, suevos, visigodos e muçulmanos.

A população espanhola foi, através dos tempos, assimilando caracteres díspares em maior ou menor grau, gerando hostilidades e desavenças que retardaram a conquista da unificação; o amálgama de raças custou a sedimentar-se e a unidade sonhada desde Pelayo, em 718, só foi alcançada mais de 700 anos depois, às vésperas da expansão ultramarina. Portugal, ao contrário, conseguira unificar-se em um lapso de um século.

A Espanha se manteve íntegra porque sua forma predispunha à união.

Mas, a extrema heterogeneidade de sua gente, suas idiossincrasias e peculiaridades regionais vieram refletir-se na América.

Dizem que há 13 Espanhas, tal o desejo de autonomia e as diferenças da mais variada natureza que subsistem entre Catalunha, o País Basco, Galícia, Andalu-

2 — BACKHEUSER, Everardo — "A Geopolítica Geral e do Brasil"

3 — Ibidem

4 — Ibidem

zia, Canárias, Valência, Extremadura, Astúrias, Castela, Aragão, Leon, Baleares e Múrcia.

Essas diferenças, históricas e insuperáveis, vieram com os colonizadores e contribuíram decisivamente para a fragmentação da América Hispânica.

Os Estados Unidos, com sua configuração geográfica amplamente distendida segundo os paralelos, nos dão uma nova e não menos interessante perspectiva: "Na direção Este-Oeste, a distância percorrida de um litoral até o centro, digamos, o ponto mais interior de seu território, equivale à mesma distância para atingir a fronteira oposta, que é no litoral de outro oceano; se considerarmos a direção Norte-Sul, o estabelecimento de intercâmbio econômico com o Canadá e com o México apresentou-se em condições que não poderíamos estabelecer com nossas nações limítrofes".⁵

Por isso, no aspecto do desenvolvimento do sistema viário, as circunstâncias condicionaram o surgimento de uma verdadeira malha, uma rede de caminhos distribuídos em uma trama semelhante a um quadriculado.

"O alongamento segundo os meridianos é forçosamente provocador de fortes diferenciações antropogeográficas. Exemplo histórico de esfacelamento territorial por influência de um demasiado alongamento no sentido dos meridianos oferece a América Espanhola. Nem a unidade de idioma e de religião, nem a igualdade de tradições foram suficientes para dar coesão ao bloco."⁶ (Mapa nº 1)



MAPA Nº 1

A AMÉRICA ESPANHOLA alongada — e por isso, fragmentada — e a AMÉRICA PORTUGUESA compacta — e por isso indivisa.

5 — BACKHEUSER, Everardo — Op. cit.

6 — Ibidem

A Cordilheira andina, como de resto todas as grandes cadeias de montanhas, tem caráter essencialmente desagregador. O Himalaia, o Karakoruh e o Hinducuch, pelas dificuldades que contrapõem à circulação, acabaram por ensejar o aparecimento de comunidades autônomas, isoladas e estanques, que deram origem a um rosário de países. Não foi de maneira diferente nem por outras razões que nos Balcãs e nos Alpes se verificou tamanha fragmentação.

Pretender-se, pois, o estabelecimento de um poder único ao longo dos Andes equivaleria a desejar, por exemplo, um só país do Alasca ao México, na orla ocidental da América do Norte.

Ao norte do paralelo de Guayaquil, no Equador, os Andes são fortemente compartimentados, formando unidades geográficas bastante diferenciadas. Ao sul dessa mesma linha, a cordilheira fragmenta-se em mesetas e profundos vales, propiciando vida municipal intensa e o natural desenvolvimento de sentimentos de autonomia, que tendem a superar o interesse geral.

Desde os primeiros anos da colonização, na Venezuela a fixação da população no litoral foi facilitada pela cadeia costeira, cuja altitude ameniza o clima quente e úmido. Como as terras venezuelanas eram, no continente, as mais próximas de Espanha, tornaram-se porta de entrada das influências da Metrópole. A população que se fixou nessa costa fez-se aberta e permeável, adquirindo espírito cosmopolita, que acabaria por antagonizá-la com o homem do interior e por gerar duras lutas entre unitaristas e federalistas.

O território era habitado pelos "Arawak", "Caribes" e "Timotocucas", todos agricultores e donos de certas técnicas já bastante adiantadas de cultivo do solo. Os "catafós", ou terraços irrigados dos "caquetios" e de outras tribos dos Andes meridenhos, trujilhanos e larenses, são o mais evidente testemunho de que o colonizador encontrou nas terras hoje venezuelanas possibilidades de desenvolver uma agricultura de certo vulto.

Mas o colonizador não estava interessado em lavoura, pelo menos inicialmente. Viera ao Novo Mundo buscar ouro e pedras preciosas. E isso ele só foi descobrir na Cundinmarca colombiana e no Peru. Assim, apenas quando o surto minerador naquelas terras começou a exigir maiores contingentes humanos é que o colonizador se dispôs a estimular a agropecuária.

Ora, a vida econômica na área somente ganhou expressão inicial na faixa costeira, o que a tornou sensível aos problemas do Caribe. Assim se explica por que a Venezuela, até 1718, ainda dependia da Audiência de Santo Domingo e só em 1777 foi alçada à categoria de Capitania.

Até hoje, a população venezuelana concentra-se na orla costeira e em ambas as vertentes das Serras de Mérida, Baragua e Tamá; as mais profundas penetrações se limitam à margem setentrional do Rio Orinoco, sendo excessivamente rarefeita a população ao sul do mesmo.

Na Colômbia, por outro lado, as coisas se passaram de forma bastante diversa. O litoral caribenho era coberto de espessa floresta, mas apresentava bons

golfos. Alguns rios abriam profundos vales para o interior, um dos quais, o Atrato, inspirou a busca de uma ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Por isso, surgiram Cartagena, na foz desses rios, e Bogotá, nas suas nascentes. O Nó de Bogotá articula as influências desses rios às do Nó de Pasto, que é exatamente o ponto de equilíbrio entre a atração do Pacífico e do Atlântico, esta última ali presente por meio das formidáveis antenas amazônicas (Rios Putomaio e Caquetá).

Na costa do Pacífico, os pequenos rios que descem dos Andes não permitiram senão penetrações de pouca profundidade, fixando populações apenas nas suas desembocaduras.

Os vales do Cauca e do Magdalena, porém, ofereceram excelentes condições para a ocupação, facilitando a articulação com o mar, no sentido dos meridianos, embora dificultassem as ligações desenvolvidas segundo os paralelos. Tal circunstância poderia levar à fragmentação, se a mais forte das comunidades af surgidas não se impusesse às demais, originando um estado unitário. Portanto, na Colômbia, a população adensou-se no litoral e nos vales centrais.

O Nó de Bogotá permitia a vinculação Orinoco—Magdalena, mas o primeiro desses rios drena vastas áreas do território colombiano e as atrai para Leste, assumindo caráter dissociante, contribuindo, certamente, para o desmembramento ocorrido na Grã-Colômbia, sempre vacilante entre as solicitações do Caribe, do Pacífico e da Amazônia. É de ressaltar-se que a costa colombiana do Pacífico é muito menos árida do que a do Equador, do Peru ou mesmo do norte chileno. Há dois excelentes ancoradouros em Tumaco e Buenaventura, mas, em contraposição, a costa atlântica, como assinala Mario Travassos, esmera-se em apresentar-se em toda sua plenitude, bem articulada com o interior, por intermédio de um verdadeiro sistema radial hidrográfico.

Vemos, pois, que a Colômbia solda-se à Cordilheira pelo Nó de Pasto (bem associado a Bogotá e a Quito), e oscila entre os dois oceanos, chamada a um pelas gigantescas drenagens do Magdalena, do Orinoco e do Amazonas, e a outro pelas amenidades do litoral e pelo canal do Panamá.

Esta multiplicidade de fatores de desagregação é ainda reforçada pela orografia: as ramificações que os Andes apresentam em território colombiano são independentes entre si, orientam-se para direções divergentes e, praticamente, guardam como único traço comum o fato de se originarem em um mesmo ponto — o Nó de Bogotá.

Assim, não foi por mera coincidência que, na fase de colonização, três expedições diferentes chegaram, quase simultaneamente a Bogotá: Benalcázar, vindo de Quito, via Nó de Pasto; Quesada, partindo de Santa Marta, pelo vale do Magdalena; e Feddermann, saindo do Coro, pela crista da Serra de Mérida. Os trajetos cobertos por esses exploradores balizam, ainda hoje, as principais direções da circulação colombiana.

É, pois, de considerar, no estudo da formação da Colômbia, o fato de haver seu povo adquirido e preservado sua unidade, não obstante a presença de tantas forças dissociadoras. E, se formos pesquisar a razão disto, veremos que a descobri-

ta de riquezas minerais na Cundinamarca originou uma poderosa força centrípeta, que contrabalançou os elementos dispersores já assinalados. Bogotá, no centro dessa área, pôde, assim, agregar e unir o que a natureza violentamente desvinculava.

Para atenuar a ação divergente que se fazia sentir sobre seu território, a Colômbia desenvolveu ligaduras transversais, intercomunicando os profundos vales e pondo Bogotá em contato mais franco e direto com o resto do país, uma vez que sua própria sobrevivência como nação íntegra e soberana dependia da adoção de um governo forte e unitarista. Os dois grandes rios, Magdalena e Cauca, ainda desempenham um papel de vital importância nos transportes colombianos, mas já existe uma razoável rede rodoviária longitudinal a reforçá-los e boas vias transversais de interconexão.

Continuemos. A proximidade e a semelhança da região de Bogotá com a de Quito levaram-na a influenciar esta. Em realidade, a área que envolve a capital equatoriana liga-se fisiograficamente à Colômbia, porque está localizada na cumeada andina, por onde correm os caminhos (entre os quais a rodovia Panamericana) que materializam as direções naturais de intercâmbio entre os dois países. Uma outra importante região do Equador, que é Guayaquil com toda sua retroterra, sofre o chamamento para o sul, fruto da presença do Nó de Loja.

Como se não bastasse esse antagonismo, o Equador ainda enfrenta a atração de suas terras orientais para a bacia amazônica.

A construção de transversais que atingiam aquelas terras suscitou redobrado interesse quando nelas se vislumbrou a possível existência de petróleo.

Em resumo, o Equador tem sua parte norte voltada para o Nó de Pasto, isto é, para a Colômbia; a parte sul, aspirada pelo Nó de Loja, sofre a influência do Peru; e o oriente, drenado por afluentes amazônicos, sente-se atraído para leste.

Ora, a articulação de Quito com o sul da Colômbia foi a razão que levou o Equador a enquadrar-se na Grã-Colômbia; a própria independência equatoriana deveu-se a uma ação proveniente do norte, por intermédio de Sucre, que era lugar-tenente de Bolívar.

Bolívar pretendia prosseguir para o sul, incluindo o Peru entre as nações libertadas. Mas um outro libertador, San Martín, vindo do sul, ali também chegara com a mesma intenção.

Fez-se necessária uma entrevista dos dois grandes capitães. E, curiosamente, o local do encontro foi marcado para a cidade de Guayaquil, exatamente onde se exaure a força atrativa do sul.

Acresce, ainda, que a população "costeña" é cosmopolita e federalista, enquanto a "quiteña" (ou interiorana) é unitarista e conservadora.

Tudo isso explica a instabilidade do Equador e as perdas territoriais de que vem padecendo, através dos tempos.

Creemos haver, até o presente, demonstrado que ao norte do paralelo de Guaiacuil a unidade política da Grã-Colômbia, sonhada no Congresso de Angostura, esbarrou em óbices incontornáveis e jamais pôde efetivar-se definitivamente. A Grã-Colômbia acabaria por desmoronar-se, como conseqüência de uma fisiografia dissociativa e fragmentária.

Continuemos, pois, a comentar a Introdução do livro do Coronel López Sanchez.

Na terceira página, o autor menciona o Rio Negro como região perdida pela Venezuela em proveito do Brasil.

Façamos um rápido retrocesso histórico.

Desde o século XI começa a crescer a autoridade do Papa, que acaba por tornar-se o árbitro supremo até mesmo em questões internacionais. Por meio das chamadas "Bulas", o Pontífice passou a regular relações entre os povos.

A primeira "Bula" dava à Espanha a posse de todas as terras que descobrisse e que não estivessem sob o domínio de outro rei cristão.

A reação portuguesa não se fez esperar. Portugal exigiu equidade de tratamento: também deveriam ser suas todas as terras descobertas por seus filhos e que não pertencessem a outro soberano cristão.

Não houve para o Sumo Pontífice outra alternativa senão a de aceitar a reivindicação lusitana. Foi emitida, então, a segunda "Bula", chamada por Alexandre VI, um Papa espanhol, de "Bula Inter Coetera", dividindo o mundo em dois hemisférios, um para a Espanha e outro para Portugal. O limite seria o meridiano que passa a 100 léguas a oeste das ilhas Açores e de Cabo Verde. O mundo ocidental, que era exatamente o mundo desconhecido, o mundo que poderia revelar novas terras sem dono, seria espanhol. O oriente, onde estava a Europa, a África e a Ásia, já em grande parte conhecidas e já retalhadas por um sem-número de proprietários, seria português.

É evidente que Portugal não se conformaria. Que novo direito era esse, que conferia tamanha preferência à Espanha? Em que misteriosos preceitos se fundamentara Sua Santidade para decidir com tal parcialidade?

Disposto definitivamente a não aceitar a arbitrária divisão, Portugal procurou, por meios diplomáticos, derrogar a medida. Conseguiu, assim, em 1494, um acordo direto com a Espanha, sem interveniência papal. O local em que o encontro se realizou era um lugar sem expressão, conhecido como Oter de Siellas e, mais tarde, por corruptela, denominado Tordesilhas.

Ali os dois povos repartiram o mundo.

Com que direito? Baseados em que ignorados princípios se arvoraram em donos de toda a face da terra?

Não cabe discutir este ponto. É eficiente dizer que os direitos de lusos e espanhóis, naquela época, não podem ser contestados hoje; eles têm de ser considerados da mesma maneira que os dos persas e gregos, dos romanos e cartaginê-

ses, dos bárbaros e dos civilizados, dos ingleses e franceses e, finalmente dos russos e americanos, porque todas essas duplas de povos, cada uma delas a seu tempo, se alçaram à condição de donas de meio mundo.

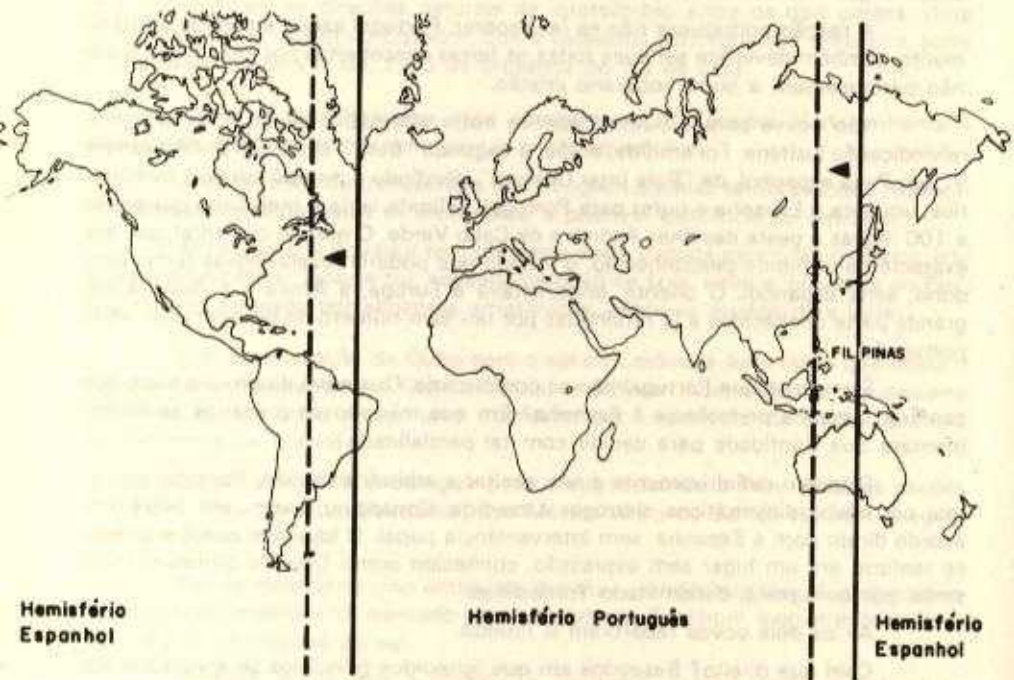
Voltemos, pois, a Tordesilhas.

Com habilidade, a diplomacia lusitana foi conseguindo levar, cada vez mais para o oeste, o meridiano divisor. Ao final, as 100 léguas iniciais foram dilatadas para 370.

A "Repartição do Mar Oceano" se faria, portanto, no meridiano que passa 370 léguas a oeste da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde.

Mas a Terra é redonda; já sabiam disso, quando firmaram o tratado, portugueses e espanhóis. E, em verdade, o maior interesse de ambos, aparentemente, estava na Ásia.

A linha de Tordesilhas deixava fora do hemisfério espanhol as ilhas Molucas e as Filipinas. (Mapa nº 2)



MAPA Nº 2

As linhas tracejadas mostram os deslocamentos que o Meridiano de TORDESILHAS teria de sofrer, para que as FILIPINAS passassem a ser espanholas.

No entanto, em 1519, (repetamos esta data porque é muito importante), em 1519, Fernando de Magalhães, a serviço de Espanha, tomou posse das Molucas em nome de seu soberano. Não satisfeitos, em 1529, os espanhóis incluíram as Filipinas em seus domínios.

Ora, para que Molucas e Filipinas, que estavam dentro do hemisfério português, passassem a ser espanholas, seria necessário um deslocamento de 15° 30' para oeste, do meridiano original. Deslocamento semelhante, isto é, de igual valor, porém antípoda, deveria processar-se na América.

As discussões em torno deste problema levaram os dois países a firmar o Tratado de Saragoça, em 1529, no qual Portugal perdeu as Filipinas, conservou as Molucas, mas foi obrigado a pagar pesada indenização de 350 mil ducados à Espanha.

O importante, porém, é que, para compensar as perdas que sofrera na Ásia, Portugal se preparou para ampliar sua área americana. Dilatar essa área 15° 30' para oeste seria um inquestionável direito, mas já isso não lhe bastava. Para os lusos, se o meridiano não era respeitado na Ásia, nada obrigava a que fosse na América. "Es de aquí que los lusitanos tomaron la decisión de afirmarse como revancha en la América meridional"?

Côncios de que o marco de Tordesilhas jamais vingaria, os lusitanos se organizaram para derrogá-lo. E tudo lhes ficou mais fácil a partir de 1580, quando Portugal passou ao domínio espanhol, com a união das coroas ibéricas sob Felipe II.

Nos sessenta anos, durante os quais toda a América teve um único dono, não fazia sentido manter a divisão em duas partes, que até então prevalecia.

Por tudo isso, Portugal seguiu obstinadamente o plano que se havia proposto. Em 1616, fundou na embocadura do Rio Amazonas a cidade de Belém do Grão Pará. A localização escolhida mostra que, sem ultrapassar o arbitrário meridiano, criava-se uma sólida base para empreender a conquista do gigantesco vale, antecipando-se aos modernos geopolíticos que asseveram ser mais fácil subir um rio para dominar toda sua bacia do que descê-lo de suas cabeceiras para a foz, com a mesma finalidade.

Quando Belém se consolidou, daí partiu Pedro Teixeira, a mando da Coroa lusitana, para apossar-se do vale amazônico. Pedro Teixeira cravou marcos de posse no Rio Napo, em terras que hoje são equatorianas. Era o ano de 1637.

Não satisfeitos, os portugueses atribuíram ao bandeirante Antonio Raposo Tavares a missão de percorrer o território, de sul a norte, buscando acidentes naturais bem nítidos sobre os quais deveria apoiar-se a futura fronteira.

Raposo Tavares iniciou sua caminhada em 1649, quer dizer, 101 anos antes do Tratado de Madri!

Assim, quando em 1750 espanhóis e portugueses se dispuseram a definir, na mesa de conversações, os limites de suas terras americanas, os últimos se

7 — GONSÁLVEZ, Raul Botelho — "Proceso del Subimperialismo Brasileño".

apresentaram com fatos consumados: os marcos de suas posses estavam firmemente cravados nas margens de grandes rios ou em linhas de cristas montanhosas.

Portanto, quando hoje se questionam os direitos brasileiros sobre partes de seu território, sob alegação de que se baseiam na violação do meridiano de Tordesilhas, é evidente a inconsistência dos argumentos.

Tordesilhas foi um ato arbitrário e, por isso, transitório, fadado a ter breve vigência.

Ele dividiu o mundo e não apenas a América do Sul. Dentro do hemisfério espanhol ficaram toda a América do Norte, metade da Groenlândia, da Austrália, do Japão e o nordeste siberiano. Essas terras não pertenciam a rei cristão algum e, dentro do espírito de Tordesilhas, deveriam ser espanholas. Sem embargo, não há notícia de reivindicações formuladas pelos espanhóis aos conquistadores dessas terras. (Mapa nº 2). E nem quanto à presença de colônias inglesas, francesas e holandesas na América. Inglaterra, França e Holanda não participaram do acerto de Tordesilhas e, sem embargo, tomaram posse de terras a oeste do meridiano.

Por que haveria Tordesilhas de ser respeitado? A resposta óbvia poderia ser: porque foi um Tratado. Muito bem. Tratados são firmados para serem cumpridos e respeitados. E respeitados em toda sua plenitude. Não há em política internacional tratados com meia validade, ou tratados que devam prevalecer ali mas não aqui.

Tratados somente são desfeitos por outros instrumentos de igual ou superior valia.

E Tordesilhas foi derogado pelo Tratado de Madri, de 1750; este caiu em 1761, em El Pardo; também El Pardo se desfez em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso.

Quando a Espanha aceitou os termos de todos esses acordos, Tordesilhas perdeu totalmente sua expressão.

Argumentar-se-á que, sendo o primeiro acordo, Tordesilhas deveria servir de base para todas as discussões.

Também isso não é verdade, porque em 1479, quinze anos antes Tordesilhas, ao fim de uma guerra, Portugal cedeu as Ilhas Canárias à Espanha em troca "dos demais territórios, incluídos os que se descobrissem", sem outras indicações quanto a meridianos ou linhas de referência.

Se houvesse de prevalecer o primeiro, as vantagens ainda seriam de Portugal.

Ademais, todos esses tratados foram firmados por Espanha e Portugal. O Brasil não pode ser responsável pelo expansionismo lusitano, da mesma forma que as nações irmãs do Continente não têm culpa pelas supostas perdas territoriais de que se dizem vítimas, no passado.

Finalmente, deve ser considerado que o Meridiano de Tordesilhas era inaceitável porque amputava a unidade geográfica da região que cruzava. A bacia do

Rio Tocantins, por exemplo, era violentamente seccionada. O rio passava a ter seus meandros ora dentro ora fora do limite. Também a unidade econômica e até cultural foram divididas. Tribos indígenas seriam separadas em duas partes.

Tordesilhas é história. Já o era em 1750, quando a Espanha e Portugal aceitaram os limites então vigentes na América.

Vejamos então o que se passou no Rio Negro.

Ali, os portugueses penetraram até as serras de Maturacá, Imeri, Tapirapocó, Curupira, Urucuzeiro, Parimá, Machiati, Imeriaris, Aribana, Uainama e Pacaraima, porque essas linhas de alturas lhes pareceram os mais nítidos limites naturais.

O Tratado de Madri, em 1750, assim definiu essa fronteira: "...das nascentes do Rio Negro por el 'divortium acquareum' entre os rios Negro e Orinoco, até a Serra de Pacaraima..."

Em 1663, Frei Teodósio da Veiga, a serviço de Portugal, fundou a povoação de Itapiranga e, no ano seguinte, a de Airão, no vale do Rio Negro.

Em 1669, o capitão português Francisco de Mota Falcão ergueu o forte de São José do Rio Negro, onde hoje está a cidade de Manaus, com a finalidade de apoiar as missões carmelitas que haviam avançado pelo vale, rumo ao norte. Em 1670 foi construído o forte de São Joaquim, na atual cidade de Boa Vista, e logo depois se levantaram os fortins de São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira, que estão assinalados no Mapa nº 4.

A Carta Régia de 5 de março de 1755, de D. José I de Portugal, criou a Capitania de São José do Rio Negro, cinco anos após o reconhecimento, por parte da Espanha, da posse portuguesa sobre aquela região, no Tratado de Madri (Mapa nº 3).



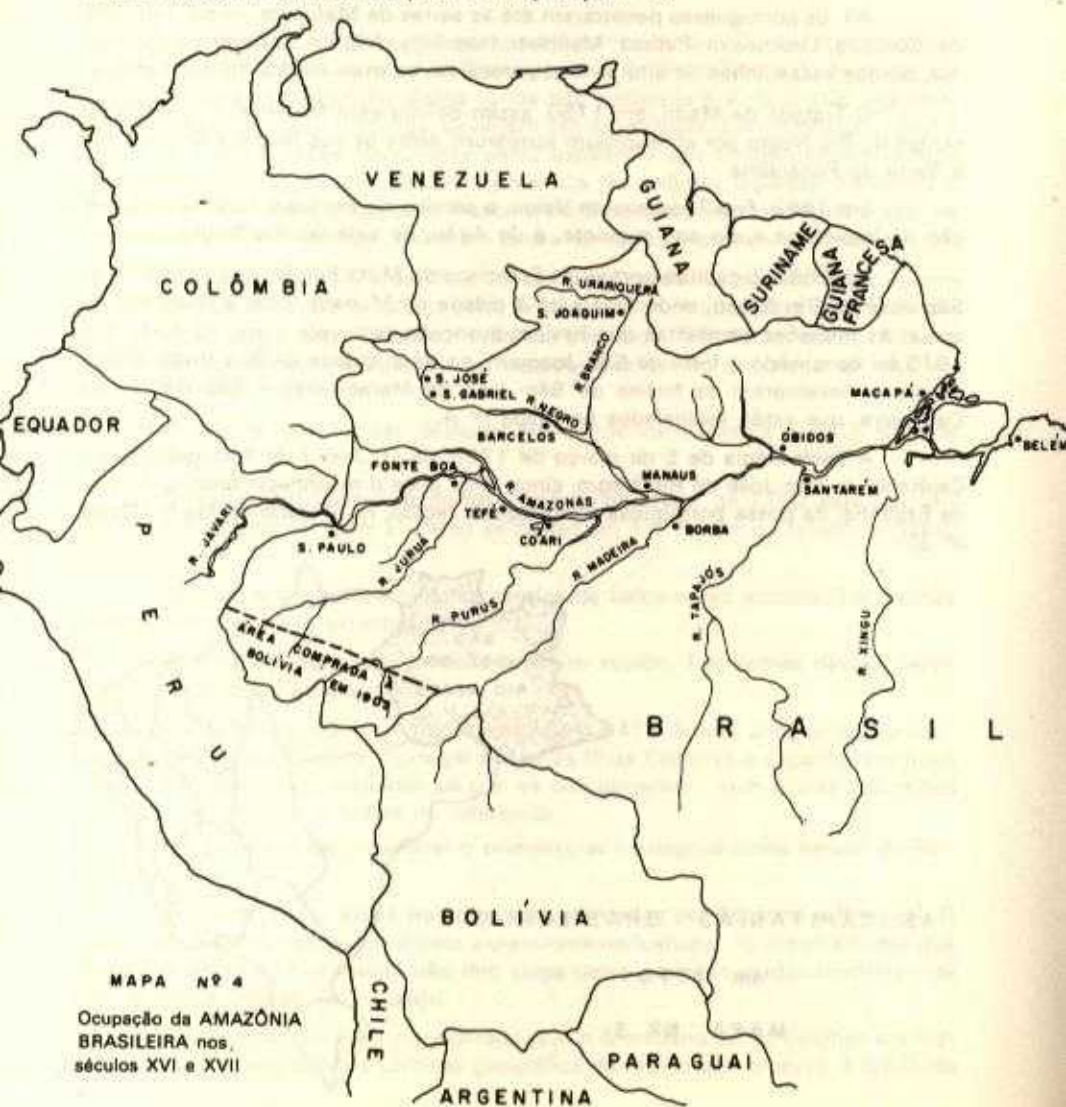
AS CAPITANIAS BRASILEIRAS

em 1778

MAPA Nº 3

A capitania, em 1778, já era um estado organizado, com força militar própria, justiça, polícia, administração local e comércio. Nela prosperavam as localidades de Manaus, Barcelos (então a capital) e as que se desenvolveram nas cercanias dos fortes de São Gabriel, de São José e de São Joaquim (Mapa nº 4).

Em 1787, o governador da Capitania, em viagem de inspeção, naufragou no Rio Uraricoera, em ponto bem próximo da atual fronteira entre o Brasil e a Venezuela, como também se pode ver no Mapa nº 4.



MAPA Nº 4
Ocupação da AMAZÔNIA
BRASILEIRA nos
séculos XVI e XVII

Em resumo, podemos dizer:

- antes do Tratado de Madri, os portugueses já dominavam o vale do Rio Negro;
- quando se firmou o dito Tratado, o limite foi definido nas cristas das serras de Parima e Pacaraima;
- se o "uti possidetis" de 1810 deveria ter prevalecido, como afirma o Coronel López Sanchez, não há o que discutir, já que 150 anos antes de 1810 a área estava ocupada pelos portugueses e seus descendentes.

Com isso, terminamos nossos comentários sobre a introdução do livro do Coronel López Sanchez.

* * *

Vamos dar um salto para tratar do que é dito nas páginas 73 e 74 do mesmo livro. Nelas, o autor transcreve, de "Que Es la Geopolítica" do argentino Jorge E. Atencio, uma análise sobre o espaço vital brasileiro. Dita análise começa afirmando que somente o Canadá e a União Soviética possuem territórios mais extensos do que o nosso. Fica, portanto, claro, desde o início, que o autor cometeu um indesculpável esquecimento, deixando de mencionar a China Continental e os Estados Unidos da América.

Em seguida, Atencio reduz nossa área útil a expressão ínfimas, afirmando que temos 5.000.000 de quilômetros quadrados de selvas e que, em quase todo o resto do território, "a raça branca se defronta com sérias dificuldades para adaptar-se e vencer os inconvenientes do clima e da selva".

Sobre revelar um anacrônico racismo, o autor continua praticando imperdoáveis omissões, uma vez que se olvida do Japão amarelo que, com a pujança de seu progresso e de sua tecnologia, lança por terra todos os resquícios da antiga crença de superioridade da raça branca. Deixa de lado, igualmente, a China, também amarela, hoje guindada ao primeiro plano no cenário internacional. Esquece-se de que, em plena selva amazônica, erguemos Belém, hoje com uma população senão superior pelo menos equivalente à de Córdoba ou de Rosário, cidades que destruíam de clima e ambientes muito mais adequados à raça branca. . . . No centro da gigantesca floresta plantamos Manaus, com 350.000 habitantes, e um grande número de povoações, com mais de 3.000.000 de pessoas.

A área amazônica não é inaproveitável; nela, em realidade, a única raça que não conseguiu adaptar-se foi exatamente a negra. Não é, tampouco, exata a afirmativa de que a circulação na Amazônia está adstrita aos rios. Isso foi verdade há duas ou três décadas.

Sem dúvida, é impossível ignorar 25.000 quilômetros de rios navegáveis dentro da bacia brasileira do Amazonas, e impressionante deparar com um navio oceânico em Iquitos, no Peru, a quase . . . 4.000 quilômetros do Atlântico. Como sugere a própria floresta, tudo na Amazônia é gigantesco e assombra.

Todavia, 40.000 quilômetros de rodovias cortam hoje a Amazônia brasileira; 4.000 quilômetros são pavimentados; há, ainda, 700 quilômetros de ferrovias e um complexo conjunto de linhas aéreas.

Não temos a veleidade de afirmar que a Amazônia não oferece dificuldade ao ádvena. Mas, com base em dados e fatos irretorquíveis, rejeitamos que ela seja considerada imprópria à vida humana. É igualmente temerário asseverar, como o fez o autor, que os climas equatorial e tropical sejam obstáculo à fixação do homem. No norte e no nordeste brasileiro, que se encontram dentro da faixa de tais climas, vivem 35.000.000 de pessoas, ou seja, o equivalente às populações da Argentina e da Venezuela reunidas.

Assim, constatamos que a análise do espaço vital brasileiro peca por inconsistente.

Examinemos, porém, em largos traços, o que ocorre nos outros grandes países do mundo.

O Canadá tem quase dois terços de seus 9.900.000 quilômetros quadrados cobertos de selvas e de neves eternas. Aí sim, a vida é extremamente difícil e muitas vezes impossível. Do restante do território, há que deduzir os 610.000 quilômetros quadrados ocupados pelos quase 250.000 lagos existentes. Como se vê, não resta muita área aproveitável ao gigantesco país setentrional.

Na União Soviética, 71% da superfície total estão submetidos a climas excessivamente frios. Não é seguramente por assemelhar-se a um paraíso que a Sibéria se tornou destino dos expurgados do Kremlin.

A China possui os desertos de Gobi, com mais de 1.000.000 de quilômetros quadrados, de Takla Maklau, com 300.000 quilômetros quadrados e grandes extensões com mais de 5.000 metros de altitude, em que o homem não pode viver.

Os Estados Unidos — evidentemente privilegiados — têm 1.500.000 de quilômetros no gelado Alasca e 250.000 quilômetros quadrados cobertos por lagos; possuem ainda grandes florestas, significativas áreas com mais de 4.000 metros de altitude e os desertos de Colorado, Mojave, Death Valley, Utah e Great Sandy, com mais de 150.000 quilômetros quadrados.

A própria Argentina, cuja superfície já é muito inferior à dos países examinados, apresenta a Patagônia, a extensa vertebral andina com altitude média de 4.000 metros, a Terra do Fogo e outras áreas onde a vida humana esbarra em dificuldade de vulto.

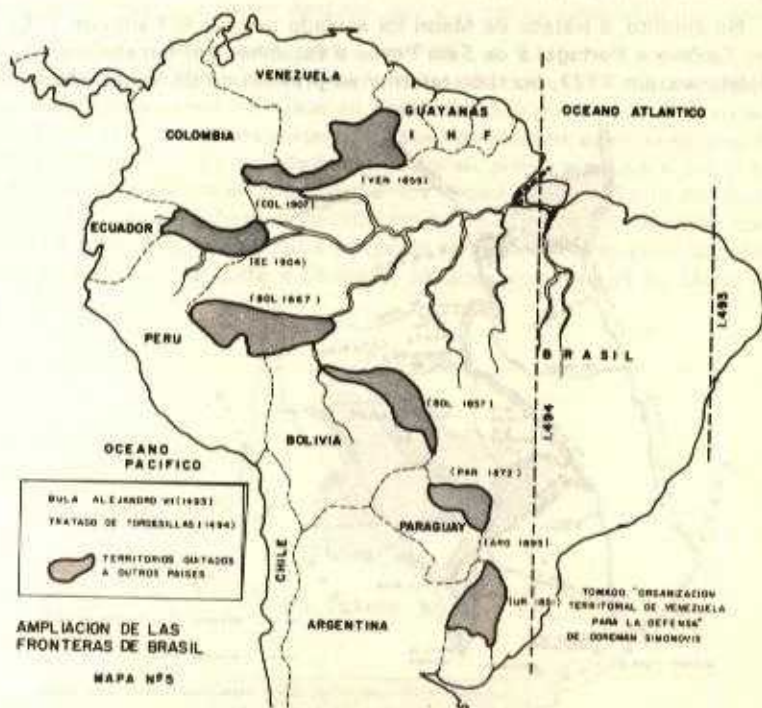
Apenas para exemplificar, diríamos que se a densidade demográfica da Argentina fosse equivalente à do nordeste brasileiro (que é região situada em plena faixa tropical e, por isso, segundo o autor, imprópria à vida), o país portenho teria 80.000.000 de habitantes e não os escassos 25.000.000 de hoje.

Na verdade, a selva brasileira tem densidade demográfica superior às das províncias argentinas de Chubut e Santa Cruz.

A Amazônia brasileira não somente encerra a maior reserva florestal do mundo. Ali se descobriram jazidas de 40 bilhões de toneladas de minério de ferro de altíssimo teor, na Serra dos Carajás; imensos depósitos de cassiterita, em Rondônia, que permitiram ao Brasil tornar-se auto-suficiente na produção de estanho; quantidades ainda não definitivamente cubadas, mas seguramente vultuosíssimas de bauxita, em Oriximiná e Paragominas; o manganês da Serra do Navio; sal-gema, linhito e, ultimamente, ouro. Ali estão disponíveis e, em alguns casos, em fase inicial de aproveitamento, algumas dezenas de milhões de quilowatts, nos incontáveis desníveis existentes ao longo de um sistema hidrográfico com mais de 44.000 quilômetros de extensão.

A Amazônia não é um paraíso, mas está muito longe de ser um inferno verde, como alguns pensavam.

Examinemos, agora, o mapa que o Coronel López Sanchez incluiu na página 74-b. Reproduzimo-lo integralmente para facilitar a exposição e o entendimento (Mapa nº 5).

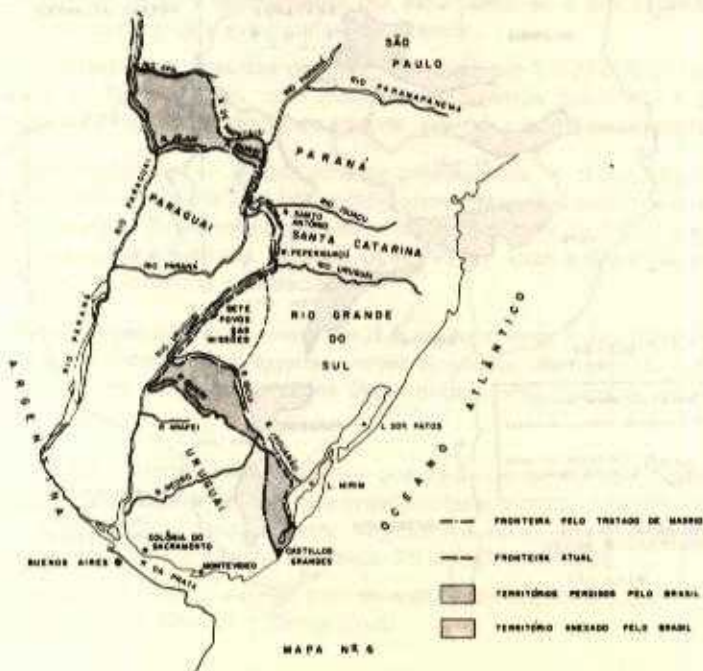


Já dissemos ao longo deste estudo que Portugal procurou apoiar os limites de seus domínios na América em linhas nítidas do terreno. Por isso, ao se expandirem para o sul do Brasil, em busca do limite natural ou da linha mais nítida, os lusos terminariam por se fixar no Rio da Prata. Eles chegaram à embocadura daquele rio em 1680 e ali ergueram um povoado, a que denominaram Colônia do Sacramento, em sítio próximo do local em que, mais tarde, nasceria a cidade de Montevidéu. A reação dos espanhóis foi imediata. Naquele mesmo ano atacaram Colônia, mas no ano seguinte, 1681, firmaram um acordo com os portugueses, no qual reconheciam como pertencente a estes últimos a margem norte do Rio da Prata.

Retenhamos bem o fato; em 1681, os espanhóis reconheceram como legítima a posse de Colônia do Sacramento pelos portugueses. Entrementes, os espanhóis iniciavam a penetração no sul do Brasil, onde fundaram os chamados Sete Povos das Missões.

Dissemos "sul do Brasil" porque, àquela altura, já Tordesilhas era passado e a região penetrada já era brasileira. Em 1715, Portugal e Espanha acordaram, em Utrecht, ceder Colônia ao primeiro e os Sete Povos à segunda. Em 1750, com o Tratado de Madri, Colônia passou a ser espanhola e os Sete Povos retornaram ao seu legítimo dono (Mapa nº 3).

No entanto, o tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo de 1761, que devolveu Colônia a Portugal e os Sete Povos à Espanha. Um terceiro tratado, o de Santo Ildefonso, em 1777, fez tudo retornar ao previsto no de Madri (Mapa nº 6).



Portanto, não se pode dizer que o Brasil anexou a região dos Sete Povos das Missões. Na verdade, o que houve foi uma sucessão de trocas, que terminou com a prevalência dos direitos de cada uma das facções.

Os limites entre o Brasil e o Uruguai foram definidos na Concessão de 1819. A fronteira então fixada era mais favorável ao Brasil do que a atual, mas em 1851, no Tratado do Rio de Janeiro, foi mudada do Rio Arapeí para o Rio Quaraí, mais ao norte. Finalmente, em 1909, por sua própria iniciativa, o Brasil concedeu ao Uruguai condomínio da Lagoa Mirim.

No que respeita aos nossos limites com a Argentina, devemos salientar que a fronteira ficou assim definida, tanto em 1750 como em 1777: "...subirá pelas águas do Rio Uruguai até encontrar as do Rio Peperi ou Pequeri, que deságua no Rio Uruguai por sua margem ocidental e continuará águas acima do Peperi ou Pequeri até sua origem principal, da qual seguirá pelo mais alto terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboca no rio grande de Curitiba (Curitiba), que por outro nome se chama Iguacu; continuará pelas águas do dito rio até às do Iguacu e por esta até onde desemboca o Rio Paraná..."

Sete anos após o Tratado de Madri, isto é, em 1759, fez-se o reconhecimento dos rios Peperi e Santo Antônio, que é o contra-cabeçante do Peperi.

Quase 100 anos mais tarde, em 1857, a Confederação Argentina e o Império do Brasil firmaram um tratado de limites. Mas, como Urquiza era Governador da Confederação e estava aliado ao Brasil contra o governo de Buenos Aires, o Acordo não foi ratificado pelos portenhos. Esse instrumento, além de aprovar a linha fronteira constante do Tratado de Santo Ildefonso, preocupou-se em dirimir futuras dúvidas, especificando claramente que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os mesmos que haviam sido reconhecidos em 1759. Surpreendentemente, contudo, em 1881, a Argentina reivindicou a posse do território situado entre aqueles dois rios e os rios Iguacu, Jangada e Chapecó, situados como se vê no Mapa nº 7.



MAPA Nº 7
ÁREA BRASILEIRA PRETENDIDA PELA ARGENTINA

- Rio Branco — Rio Ivinheima
- Rio Apa — Rio Iguatemi
- Rio Jejuí — Rio Igureí

O Brasil não procurou obter a primeira linha, que lhe era mais favorável, por reconhecer que, em verdade, o Rio Igureí não estava perfeitamente caracterizado. Fixou-se então, na linha Apa—Iguatemi, mas o Paraguai fincou pé na dos Rios Branco—Ivinheima.

Muito mais tarde, contudo, chegou-se à conclusão de que o Rio Igureí era realmente o contra-cabeçante do Jejuí e, em consequência, se tivessem prevalecidos os limites previstos em 1777, os saltos de Sete Quedas seriam hoje inteiramente brasileiros.

Depois da guerra de 1865-1870, iniciada por Solano López e vencida pelo Brasil, a fronteira foi definida pela linha intermédia, isto é, no divisor de águas entre os Rios Igureí e Iguatemi, seguindo pelo mais alto do terreno, ou seja, pela Serra de Maracaju, até o Rio Apa.

Já com relação à Bolívia a demarcação da fronteira foi mais difícil, porque os Tratados de Madri e Santo Idefonso não a descreviam com precisão, talvez mesmo por ausência de acidentes naturais característicos na região. De qualquer maneira, os limites foram acertados nos Tratados de 1895, 1899 e 1958 (Roboré).

O Mapa nº 5, reproduzido do livro que vimos comentando, mostra duas regiões que o Brasil teria conquistado à Bolívia, em 1867. A primeira delas, situada mais ao sul, resultou do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, firmado em La Paz em 1867, em plena Guerra da Tríplice Aliança. O território em questão sofreu, posteriormente, várias modificações em seus contornos, porque houve grandes dificuldades em localizar com exatidão os acidentes que balizam a divisória. Para se ter idéia dessas dificuldades bastaria dizer que ainda em 1976 a linha foi alterada, em função de novas conclusões a que chegaram as comissões demarcadoras.

A segunda região foi incorporada ao Brasil em 1867, como consta do mapa. Em 1897, a Comissão Brasileiro-Boliviana que estudou a fronteira dos dois países concluiu que a área assinalada era boliviana. Mas em 1903, após uma revolta dos seringalistas nela estabelecidos, o Brasil decidiu comprá-la à Bolívia, por 2 milhões de libras esterlinas. Como parte do pagamento, o Brasil construiu também uma ferrovia paralela ao trecho encachoeirado do Rio Madeira, afluente do Amazonas, para permitir à Bolívia uma saída para o mar.

Se comprar território a peso de ouro e de milhares de vidas humanas (porque milhares de trabalhadores morreram na construção da ferrovia) é usurpação, então os Estados Unidos usurparam a Rússia, ao comprarem o Alasca, e a França, ao comprarem a Luisiana.

O Brasil adquiriu a área como uma saída pacífica para o problema, uma vez que estava habitada exclusivamente por brasileiros que se haviam rebelado contra o

governo de La Paz, por haver o mesmo arrendado suas terras a uma companhia americana, chamada "Bolivian Syndicate".

Há outra incorreção no Mapa nº 5, porque se é verdade que o Brasil conquistou ao Equador o território nele assinalado, teríamos fronteira com aquele país. Como isso não ocorreu, é necessário salientar que a área ali mostrada foi dividida entre Peru e Colômbia, após decisão do Rei Afonso XIII da Espanha, escolhido como árbitro.

Já com referência à Colômbia, os limites não foram precisados com exatidão no Tratado de Madri. Em 1853, o governo colombiano propôs um limite que incorporava ao seu patrimônio uma área onde existiam dois fortes e 17 povoações brasileiras.

O "uti possidetis de facto" estava perfeitamente caracterizado e o Brasil não abriu mão de seus direitos.

* * *

Vamos, pois, dar um novo lance, até à página 92 do livro em apreciação. Ali, o autor escreve:

"No Hemisfério Sul as grandes cidades se encontram próximas da isoterma de 15° (um pouco mais ao N). Santiago, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Melbourne estão mais ou menos na mesma isoterma e as zonas mais desenvolvidas as encontramos entre as latitudes 30° e 50°, que correspondem à zona das temperaturas ótimas."

Acreditamos que as maiores cidades do Hemisfério Sul estão no Brasil. Senão, vejamos:

Belém	660.000 habitantes
Fortaleza	1.000.000 habitantes
Recife	1.700.000 habitantes
Salvador	1.100.000 habitantes
Belo Horizonte	1.600.000 habitantes
Rio de Janeiro	7.100.000 habitantes
São Paulo	8.100.000 habitantes
Curitiba	800.000 habitantes
Porto Alegre	1.500.000 habitantes

Todas essas cidades brasileiras estão situadas ao norte da "privilegiada" faixa dos 30° aos 50°.

* * *

Agora, tratemos de comentar o que diz o autor nas páginas 101 e 104, quando estuda o mar e sua influência sobre os Estados. Do tópico intitulado "Tendência à Expansão do Litoral", transcrevemos o seguinte trecho:

"As grandes potências tratam de continuar o movimento de sua expansão para as costas opostas com o fim de criar zonas de segurança. É o caso da

Rússia, durante muito tempo buscando saída para outros mares e perseguindo o controle dos Dardanelos, com o qual obteria acesso ao Mediterrâneo através do Mar Negro, Estados Unidos, tratando de dominar as regiões árticas; o Brasil, tratando de conquistar as Guianas para sua saída ao Atlântico."

Julgamos importante salientar, desde logo, que a ambição imperialista do Brasil somente se manifestou quando esteve sob governo de um príncipe português, D. João VI, cuja esposa, por sinal espanhola, D. Carlota Joaquina, tinha interesses muito diretos na sucessão do trono de Espanha.

Esse príncipe conquistou a Guiana Francesa em 1809 e a Banda Oriental em 1811.

Além dessas duas aventuras, não há em nossa história qualquer demonstração de semelhante ambição. Assim, não se pode admitir que se fale em tentativa brasileira de dominar as Guianas.

Ao mirarmos os mapas da Venezuela e da Guiana, verificamos que, mediante trabalhos provavelmente de pequena envergadura, seria possível estabelecer-se comunicação entre os rios Guiani e Orinoco. O Enclave talvez seja facilitado com a ampliação do lago da represa de Guri. Por meio de um sistema de eclusas, obras de drenagem e limpeza, criar-se-ia uma linha direta Orinoco—Guluni—Georgetown. Essa linha seria mais fácil e mais direta para os navios procedentes da América do Sul e da Europa ou que para essas regiões se dirijam. Portanto, sob o ponto de vista dos transportes, seria altamente vantajosa.

Agora perguntamos: por que haveria a Venezuela de admitir a abertura de uma nova boca, fora de seu controle, para sua grande bacia hidrográfica? Por que haveria de colocar em mãos alheias o que a natureza dadivosamente, pôs em suas próprias mãos? Por que haveria a Venezuela de financiar a execução de tal projeto? Que benefícios obteria ao promover uma nova saída, em território de outro país, para uma bacia que lhe pertence?

Isto é o que a Venezuela propõe ao Brasil, quando sugere a comunicação Orinoco—Amazonas, via Canal do Cassiquiare... O assunto, é óbvio, envolve condicionantes importantíssimas, que devem ser pesadas com critério. Há injunções de mais variada natureza em jogo. Não é uma questão simples, resolvida sob impulsos pessoais. Ao contrário, é questão complexa, implicando conseqüências de alta relevância para os países interessados.

* * *

Ao encerrarmos estes comentários, queremos ressaltar uma vez mais que não nos atrai a polêmica. Ao escrevê-los, moveu-nos exclusivamente o desejo de contribuir para apagar arestas, a vontade de eliminar possíveis ressentimentos remanescentes de nossos tempos de adolescentes como nações soberanas.

Brasil e Venezuela são irmãos que se respeitam.

Os ideais de fraternidade e de solidariedade latino-americana, de que foi paladino o maior de todos os venezuelanos, Simon Bolívar, são também os nossos ideais. Deixemos, porém, que um venezuelano fale por nós. Voltemo-nos para o Sr. Humberto de Jesus Arellano, Embaixador da Venezuela no Brasil. São palavras de Sua Excelência as que escolhemos para encerrar estes comentários:

"O Brasil e a Venezuela, em 160 anos de história independente, nunca tiveram qualquer desentendimento. Nunca tiveram problemas de fronteiras, questões de limites ou de migrações, tão comuns em países vizinhos. Acho que somos um exemplo único na história das Américas."